

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Brasil, F. G., Peres, U. D., Machado, G. S., & Garcia, F. J. M. (2023). Agenda governamental brasileira: prioridades e mudanças na dinâmica da atenção sobre a distribuição orçamentária da União (2000-2021). *Revista de Administração Pública*, 57(5), e2022-0394. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/0034-761220220394>

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

 Claudia Ferreira da Cruz (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / RJ – Brazil)

 Flávio Sergio Rezende Nunes de Souza (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Brasília / DF – Brazil)

Two of the reviewers did not authorize the disclosure of their identities.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Date review returned: March 02, 2023.

Comments to the authors:

O artigo encontra-se bem redigido. O texto encontra-se coeso e de leitura fácil e agradável. O assunto é bem interessante e relevante na área de orçamento público. O objetivo está bem estabelecido e é atendido pela metodologia adotada. A metodologia é simples, mas está bem explicada, é respaldada em dados e em literatura. Atende bem ao que foi proposto.

As observações basicamente estão relacionadas à forma:

- 1) Revisar as citações (p. 7, final do primeiro parágrafo, a citação está duplicada);
- 2) Na p. 21 surge a abreviatura "Minc", que não está por extenso anteriormente no texto;
e
- 3) na p. 23, linhas 29 a 34, sugiro reescrever o trecho para melhorar a clareza.

Uma sugestão, que aqui não enquadraria como observação (apenas para reflexão): na p.14 são abordadas as políticas indígenas e de direitos individuais que recebem baixa atenção. O suposto motivo é explicado na página 15 ao final do tópico. Não ficaria melhor colocar junto no texto? Do mesmo modo que foi feito com previdência, educação e saúde?

Reviewer 4 report

Date review returned: March 07, 2023.

Comments to the authors:

Pontos fortes

Trabalho desenvolvido a partir de temática de relevância social, política e econômica, com abordagem empírica, abrangendo duas décadas do orçamento federal e uso criativo de framework validado. Texto no geral bem escrito e em linguagem objetiva.

Pontos fracos e sugestões

O objetivo do trabalho é mapear as dinâmicas orçamentárias do orçamento aprovado (LOA) da União nas últimas duas décadas (2000-2021), identificar quais são (i) as prioridades orçamentárias dos diferentes setores de políticas públicas e (ii) os fatores institucionais e contextuais que potencialmente denotam as mudanças na dinâmica orçamentária brasileira.

Não considero adequado afirmar que o objetivo é “mapear as dinâmicas orçamentárias”. Vislumbra-se um mapeamento das prioridades orçamentárias, que ajudam a relevar a dinâmica orçamentária.

Entendo que a Teoria do Equilíbrio Pontuado poderia ser abordada com um pouco mais de cuidado e profundidade no texto.

Na metodologia os autores declaram que “as despesas referentes aos grupos de “despesas de juros e encargos da dívida” e “amortização da dívida” foram excluídas, pois não se trata de despesas realizadas propriamente com políticas públicas”. Embora não se trate, são despesas que consomem uma parcela importante dos recursos públicos e podem representar restrições na discricionariedade política quanto à aplicação dos recursos arrecadados. Essa escolha precisa ser melhor justificada. Caso contrário, deve ser considerada na avaliação da dinâmica orçamentária, que também pode ser afetada pelo fator endividamento.

Justificar também a inclusão do investimento das empresas, uma vez que não necessariamente correspondem a realização de políticas públicas, já que se referem a “investimentos realizados pelas empresas em que o Poder Público, detenha a maioria do capital social com direito a voto”

Conforme a metodologia, a mensuração da participação percentual de cada política setorial no total das despesas de cada ano permite que a soma do percentual de todas as categorias corresponde às DESPESAS TOTAIS DO ANO. Mas como foram excluídos “despesas de juros e encargos da dívida” e “amortização da dívida” não é bem a despesa total.

Corrigir linha 32, p. 11: houveram.

Conforme a metodologia: “sendo a LOA autorizativa e não impositiva em cada uma de suas funções e subfunções, é possível realizar ajustes relevantes ao longo do exercício inclusive para reestruturação de políticas públicas. No entanto, as mudanças da execução orçamentária acabam por pressionar a reestruturação da LOA do ano subsequente, sendo ali refletida, o que nos permite avaliar as alterações de agenda”. Essa afirmação vai de encontro às evidências de incrementalismo apontadas nos resultados.

As duas novas categorias criadas: “I) código 28, que diz respeito a reserva de contingência e transferências internas, e II) código 99, que trata de outras despesas não identificadas no orçamento” foram desconsideradas ou somente a 99? As transferências internas têm um peso grande no orçamento federal e também não especificam a que tipo de política pública se destinam.

Sugiro um quadro organizado do que foi considerado e desconsiderado com as devidas justificativas.

Na descrição dos resultados o texto perdeu fôlego e conexão com a base teórica que precisa ser resgatada. A apresentação dos resultados em gráficos está bastante descritiva e precisa ser aprofundada.

ROUND 2

Reviewer 3 report

Date review returned: May 25, 2023.

Comments to the authors:

O artigo encontra-se bem redigido. O texto encontra-se coeso e de leitura fácil e agradável. O assunto é bem interessante e relevante na área de orçamento público. O objetivo está bem estabelecido e é atendido pela metodologia adotada. A metodologia é

simples, mas está bem explicada, é respaldada em dados e em literatura. Atende bem ao que foi proposto.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Figueiredo, P. N. (2023). Estratégia nacional de inovação: uma breve contribuição para sua efetividade sob a perspectiva de acumulação de capacidade tecnológica. *Revista de Administração Pública*, 57(5), e2022-0418. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/0034-761220220418>

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

 José Ricardo de Santana (Universidade Federal de Sergipe, Aracaju / SE– Brazil)

 Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba / PR – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: February 13, 2023.

Comments to the authors:

O artigo traz uma temática bastante interessante para avaliação de efeitos da inovação em empresas, inclusive com possibilidades de estabelecer um desenho para dar maior foco a políticas públicas de fomento à inovação.

Entretanto precisa ser reestruturado, a fim de deixar mais clara a sua real contribuição centrada na geração de capacidade de aprendizagem. O que está como objetivo principal é a proposta para avaliação de políticas de CT&I no Brasil, mas o texto não apresenta uma metodologia estruturada nesse sentido.

Recomenda-se: i) deixar o objetivo principal de acordo com a contribuição do texto, ii) reescrever o resumo, ii) estruturar as seções de modo a ficarem as etapas de geração de capacidade de aprendizagem mais claras para o leitor, iii) poderia incluir mais uma seção ou subseção, trazendo comentários sobre políticas implementadas no Brasil que aparecem apenas na conclusão, iv) reescrever a conclusão, mantendo o foco no objetivo principal e nas propostas que já estão ali colocadas.

Detalhamento das principais recomendações

RESUMO:

- a) Incluir resultados (P.1, L.30)

INTRODUÇÃO:

- a) Coloca falha das políticas públicas na avaliação, sem citar evidências ou referências (P.4, L.7-8)

CAP 2:

- a) Períodos estão bem colocados qto às iniciativas de políticas de CTI
- b) Indicar como quantificou as políticas q aparecem na Fig. 1 (P.12, L.36)

CAP 3:

- a) Indicar a razão pela qual o Brasil é um dos 5 países com maior “generosidade fiscal” (P.12, L.33)
- b) O texto do final da seção 3.1 refere-se a “esta seção...” quando deveria estar colocado no início da seção 3.2 (P.19, L.48)
- c) Importante enfatizar o modelo de maturidade, *capacidades de produção x capacidades inovativas* – Fig 4 (P.21, L.14)
- d) Substituir “afim de” por “a fim de” (P.35, L.8)

- e) Ressaltar os mecanismos de aprendizagem nas empresas, a fim de internalizar a capacidade inovativa, levando para a conclusão
- f) A denominação “Tabela” deveria ser substituída por “Quadro” (P.41)
- g) Enfatizar, também na conclusão, que a importância do processo de transferência de tecnologia está não apenas em selecionar um bom fornecedor, mas preparar o receptor para o processo de aprendizagem da inovação - Ponto fundamental é o desenvolvimento de sua capacidade tecnológica local (capacidade de produção x capacidade inovadora)

CONCLUSÕES:

- a) Traz na conclusão a análise de um programa não tratado no texto, o Inovar auto (P.48, L.55), fazendo uma análise de resultados “pífios” sem apresentar elementos que fundamentem tal conclusão – qdo poderia ser colocado como uma seção anterior no cap. 3
- b) Enfatiza a necessidade de avaliar (P.49, L.12), mas o texto trata na verdade de buscar uma tipologia para análise de políticas que gerem capacidade de aprendizagem
- c) Traz uma discussão sobre políticas públicas envolvendo recursos naturais que não foi tratada no texto (P.49, L.43) e segue fazendo uma proposta de análise que também não consta no texto (P.49, L.57)
- d) Enfatizar a conclusão de que uma medida relevante que é a criação de metas de desenvolvimento de capacidade tecnológica

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: June 02, 2023.

Comments to the authors:

A crítica central à versão anterior do artigo, em relação a enfatizar a principal contribuição do artigo, referente à importância da criação de capacidade de inovação nas empresas, foi atendida com a reestruturação do texto.

Há restrições ainda em relação aos elementos que deveriam constar em uma estratégia de inovação proposta pelo governo, mas a versão apresentada tem uma contribuição relevante.

Como contribuições adicionais:

- i) há elementos importantes na versão anterior, como a Figura 4 (da versão anterior), que está mais clara do que a colocada na versão revisada,
- ii) na versão revisada, poderia ser dispensável a Figura 4 (da versão revisada), que é uma combinação da Figura 2 com a Figura 3.

De modo geral, uma revisão na formatação das figuras e quadros da versão revisada poderiam ajudar o leitor e chamar mais atenção para o tema em discussão.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Costa, J. C. (2023). Modelo estrutural de cidadania deliberativa: adição e validação de indicadores de participação. *Revista de Administração Pública*, 57(5), e2023-0001. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/0034-761220230001>

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

 Fernando Manuel Rocha da Cruz (Universidade Federal do Pará, Abaetetuba / PA – Brazil)

 José Roberto Pereira (Universidade Federal de Lavras, Lavras / MG – Brazil)

 Miguel Pacífico Filho (Universidade Federal do Tocantins, Araguaína / TO – Brazil)

Rosinha Machado Carrion (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre / RS – Brazil)

 Tamiris Cristhina Resende (Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão-Prefeitura de Belo Horizonte, Belo Horizonte / MG – Brazil)

One of the reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Date review returned: March 04, 2023.

Comments to the authors:

The article is well-reasoned and has relevant references. Use of clear language and well-structured article.

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 4 report

Date review returned: March 23, 2023.

Comments to the authors:

Congratulations on carrying out the study with a view to building a structural model of deliberative citizenship. As a contribution to the realization of new studies on the subject having as a background, as was the case here, the field of Social Management, I would suggest that the actors whose opinion on a certain phenomenon one wishes to know should themselves co-participate in the construction of categories and indicators of future analysis. Which means that the methodology that will be adopted incorporates elements of the so-called "integrative methodologies" already in the construction stage, which excel in having the participation of future research respondents, already in the elaboration phase of the research. As says Giannella (2014: 2012), "integrative methodologies introduce the possibility of recovering something that was separated, for a long time, by the dominant paradigm in the sciences <..> They are methodologies that research and seek the introduction of other means, the valuation of sensibilities and intuitions already discarded by the classic view of science as tools of social management". Gianella: 112 - 214, In: Dictionary for Training in Social Management. Serie Editorialm CIAGS, Org. Rosana Boulosa: 2014.

Parabéns pela realização do estudo com vistas à construção de um modelo estrutural de cidadania deliberativa. Como contribuição à realização de novos estudos no tema tendo por pano de fundo, como foi o caso aqui, o campo da Gestão Social, sugeriria que os atores cuja opinião sobre um determinado fenômeno se deseje conhecer sejam eles

próprios coparticipes da construção das categorias e indicadores de análise. O que significa dizer que à metodologia que venha a ser adotada se incorpore já na etapa de sua construção, elementos das assim chamadas “metodologias integrativas”, as quais primam por contar com a participação dos respondentes futuros da pesquisa, já na fase de elaboração da ferramenta de investigação empírica, pois como bem destaca Giannella, as metodologias integrativas introduzem “a possibilidade de recuperação de algo que foi separado, durante muito tempo, pelo paradigma dominante nas ciências <..> São metodologias que pesquisam e buscam a introdução de outros meios, a valorização de sensibilidades e intuições já descartadas pela visão clássica de ciência como ferramentas da gestão social”. Giannella: p. 112. In: Dicionário para a Formação em Gestão Social. Serie EditoriaIm CIAGS, Org. Rosana Boulosa: 2014.

Reviewer 5 report

Reviewer 5 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 6 report

Date review returned: May 03, 2023.

Comments to the authors:

Prezados autores,

O artigo apresenta uma contribuição relevante ao avançar no estudo do constructo de Cidadania Deliberativa no Brasil. O campo de gestão social se desenvolveu a partir de Habermas e das contribuições dos demais autores da Escola Crítica alemã, porém encontram-se em língua portuguesa poucos estudos acerca dos constructos base desta tradição de estudos críticos alemã.

Muito interessante a utilização de métodos quantitativos para analisar a Cidadania Deliberativa a partir de entrevistas em redes sociais. Uma sugestão para estudos futuros seria a utilização de métodos quantitativos para analisar a utilização do constructo de

cidadania deliberativa na literatura acerca de Gestão Social entre 1998 e 2023. Além dos artigos publicados em revistas do campo, uma análise interessante poderia surgir por meio da utilização de métodos quantitativos para analisar os anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública e Gestão Social (ENAPEGS). Recomendamos o aceite do artigo sem alterações.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Oliveira, D. T., & Oliveira, A. G. (2023). (In)sustentabilidade financeira municipal: a frágil metodologia proposta pela PEC do Pacto Federativo. *Revista de Administração Pública*, 57(5), e2023-0012. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/0034-761220230012>

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

 Daniel da Silva Almeida (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão / SE – Brazil)

 Eduardo José Grin (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: March 21, 2023.

Comments to the authors:

Na página 12, linha 27 é possível a existência da repetição do termo "banco de", sugerindo revisar.

Na página 15, linhas 22 a 28, comenta-se em consequências para pequenos municípios. Quais seriam estas, além da incorporação? Não pude vislumbrar na sequência dessa leitura.

Na página 16, linhas 11 a 20, traz-se como arrecadação própria as transferências constitucionais. Não seria o caso explicar melhor, posto que o quesito de sustentabilidade seria não depender de terceiros. Neste ponto resta entender que consegue sobreviver, mas

contando como uma ajuda que, por sua vez, também é dependente de outros fatores para repasse. Sugiro reavaliar o tópico.

Na página 4, linhas 51 e 51, o autor elenca existir sugestões para estudos futuros em suas considerações finais, porém, percebidas de forma tímida nas linhas 4 a 10 da página 19, o que demandou algumas leituras para percebê-la.

Por fim, sugiro uma atualização acerca do estudo, em sua atual conjuntura de arquivamento da PEC decorrente do final da legislatura e de uma possível reabertura, se for o caso, principalmente, na análise conclusiva para o futuro.

Reviewer 2 report

Date review returned: April 30, 2023.

Comments to the authors:

O artigo aborda um tema central para o federalismo brasileiro que é o debate sobre a autonomia municipal e sua capacidade de se manter com suas arrecadações próprias. A PEC analisada, se aprovada, alteraria de forma completa o desenho do federalismo brasileiro, o que justifica a importância do estudo realizado.

Seguem os comentários:

Na introdução: a) a pergunta de pesquisa deve ser menor, mais específica e mais apoiada teoricamente; b) precisa fundamentar melhor a justificativa da importância do município como ente federativo e sua autonomia constitucional, o que está relacionado com as capacidades que possui de autogestão.

Revisão de literatura: precisa ser mais bem apoiada no debate sobre a gestão pública local, pois está fragilmente apoiado em uma discussão teórica. Veja o mesmo Dollery em seu livro *Fiscal and Financial Governance: An International Perspective*. Switzerland:

Pallgrave McMillan, 2020. O tema da autonomia fiscal é clássico na literatura sobre governos locais desde o texto seminal de Charles Tiebout. Ver ainda:

INGRAHAM, P. W. (Ed.). In Pursuit of performance: management systems in state and local government. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007.

MARENCO, A.; STROHCHOEN, M. T. B.; JONER, W. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. Revista de Sociologia e Política, v. 25, n. 64, pp.3-21, 2017.

WOLMAN, H et al. Comparing Local Government Autonomy Across States. https://gwipp.gwu.edu/sites/g/files/zaxdzs2181/f/downloads/Working_Paper_035_GovernmentAutonomy.pdf

GRIN, E. J. et al. Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 23, n. 76, pp. 312-336, 2018.

O debate sobre sustentabilidade na iniciativa privada não serve. Mais o mais importante é que a revisão de literatura está falha ao não propor um conceito ou entendimento sobre o que é sustentabilidade financeira para avaliar e/ou criticar o conceito proposto pela PEC 188. Por fim, precisa adensar a revisão da literatura, pois são utilizados apenas cinco autores e de forma anedótica, de forma que o artigo não propõe um frame teórico para analisar o caso empírico.

c) O município na federação brasileira: falta uma seção, ainda que breve, localizando o papel dos municípios no federalismo e a forma como a autonomia conquistada após 1988 fez crescer uma descontrolada emancipação de mais de 1500 cidades, tanto que o governo FHC 1 aprovou a EC 18/1996 para conter esse processo. Há muita literatura que na década de 1990 e 2000 analisou os efeitos desse processo (dentre outros ver textos de Rui Affonso e José Roberto Afonso). No mínimo é controverso a tese, do ponto de vista macroeconômico, que mais municípios melhoram a eficiência na provisão de serviços públicos (conforme se lê, os próprios dados que o autor apresenta podem corroborar esse

argumento). É importante, então, destacar que, mesmo sendo a EC 188 problemática, no que este parecerista concorda com todas as críticas do autor do trabalho, isso não é o mesmo que dizer que só há aspectos virtuosos com a existência de milhares de cidades com baixíssimas arrecadações no Brasil. É preciso apresentar esse contexto, até para evitar qualquer senão normativo que assumiria ser a PEC ruim e o que há na gestão local que seria virtuoso, quando se sabe que há muitos problemas.

A metodologia está apresentada de forma incompleta: a) quais as variáveis consideradas e sua explicação para a discussão do caso? b) quais as fontes de dados de cada variável e sua relação com a discussão teórica realizada?; c) como foram mensuradas as variáveis e como interpretá-las? ; d) se sustentabilidade é mais do que avaliar a questão financeira, como dito no texto, como explicar que só bases públicas de dados financeiros são utilizadas?.

Na discussão: Precisa explicar melhor como se chegou a esse dado médio de 5% de tributos próprios para todas as cidades (e não fica clara a diferença entre os dados mensurados na figura que apresenta um percentual de arrecadação própria e a tabela 1 e 2 outros números). Essa “discrepância” ou dificuldade de entendimento do leitor pode ser sanada explicando-a na metodologia. De todo modo, levantamentos realizados por Bremaeker (2018) no Observatório das Informações Municipais, com base na Finbra, mostram que acima de 50 mil habitantes, na média, as cidades arrecadam mais de 11% sua receita em tributos próprios. Acima de 50 mil habitantes estão 11% das cidades brasileiras. Então, como foi calculado esse valor médio de 5% de arrecadação e de tributos próprios? O mesmo Bremaeker mostra que, na média, as cidades arrecadavam, em 2018 (anos anteriores e posteriores apresentam dados similares), 17% em tributos próprios. Então, é importante que o autor explique como se chegou aos percentuais apresentados (por essa mesma razão, a base de dados deveria ser tornada pública para permitir a checagem dos dados compilados).

Essa seção é descritivamente muito rica e com dados muito contundentes para se contrapor ao argumento da PEC 188. Contudo, lendo-se a seção: a) não há nenhuma conexão com a revisão da literatura; b) a impressão que fica é que o debate teórico é um

apêndice no trabalho, já que ele é exigido em um trabalho acadêmico, mas completamente esquecido como suporte para explicar os achados empíricos.

Conclusão: o trabalho precisa regressar à sua pergunta de pesquisa e avaliar o que e como se respondeu ou não. Em termos teóricos, é preciso deixar mais claro o que se aprende com a discussão realizada para ir além da análise do caso empírico.

ROUND 2

Reviewer 2 report

Date review returned: July 04, 2023.

Comments to the authors:

Os autores precisam rever essa afirmação na página 13: "Assim, os parlamentos estaduais não possuem um padrão de regulamentação/critérios a seguir, quando se trata da criação de novos municípios, o que acaba por oscilar grau de rigor de cada estado perante o tema". Desde a EC 18/1996, a regra é que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Então, não me parece que os estados tenham tanta autonomia para lidar com essa questão diante da nova regra constitucional e da lei complementar que define parâmetros mais rígidos justamente para evitar a proliferação de novas cidades que havia ocorrido até então.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Silva, A. B., Ferreira, A. C. S., & Moutinho, V. F. (2023). Determinantes das irregularidades na gestão pública municipal: o caso dos municípios do estado de São Paulo. *Revista de Administração Pública*, 57(5), e2022-0398. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/0034-761220220398>

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

-  Denis Alcides Rezende (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba / PR – Brazil)
-  Francisco José Silva Tabosa (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza / CE – Brazil)
-  Marco Antonio Carvalho Teixeira (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)
-  Uirá Sorbo Semeghini (Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, São Paulo / SP – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Date review returned: January 30, 2023.

Comments to the authors:

A proposta é excelente e a pesquisa foi muito bem conduzida ao trazer à luz os trabalhos de auditoria de tribunais de contas e os da CGU frente a administrações municipais. No

caso aqui falamos de órgãos de controle externo e interno respectivamente. Diante disso, vale uma primeira sugestão que é fazer um parágrafo esclarecendo o que são essas duas tipologias (controle interno e controle externo) na discussão e quais os alcances das respectivas recomendações de cada tipo de controle para a gestão municipal. A ideia do interno e externo está sem amparo na discussão em termos de categorias analíticas. O classico texto de Guillermo Odonell "Accountability horizontal e novas poliarquias" publicado na Revista Lua Nova e disponível no Scielo, pode ajudar bastante, basta um ou dois parágrafos. Segunda sugestão, talvez para a agenda de pesquisa: uma das funções do controle é colaborar com a melhoria da gestão e ai é importante ao menos recomendar que estudos futuros possam verificar como as auditorias podem ter mudado procedimentos de gestão ou mesmo contruído para mudanças mais significativas. No mais, parabéns!

Reviewer 3 report

Date review returned: March 09, 2023.

Comments to the authors:

The study is of great relevance, especially for the area of public administration. The parsing method is correct. The results are interesting and well related to the presented literature.

I suggest approval through minor corrections commented below:

1. On page 4, item 2.1., first paragraph:
quote the "Statement on auditing standards" correctly;
2. page 5, first paragraph: quote the term "irregularity" correctly;
3. Page 12, item 3.3., the model equation was the IrregC variable, which is not defined in the text below.

Reviewer 4 report

Date review returned:

Comments to the authors:

O artigo é bom, interessante. Mas as conclusões são um pouco esperadas, pois, a não ser pela relação inversa das irregularidades com o PIB per capita, confirmada e interessante, as demais conclusões são bastante esperadas. Ou seja, com mais transferência e mais recursos, as prefeituras tem mais processos e a probabilidade de apontamentos também é maior. O artigo é bom. Aprovado.

ROUND 2

Reviewer 2 report

Date review returned: May 15, 2023.

Comments to the authors:

A revisão fez o texto avançar bastante. Continuo achando que a definição de Controle merecia um tratamento acadêmico mais profundo. Vejam só o que vem no texto “O controle na administração pública é o controle que o sistema político administrativo exerce sobre si mesmo. Para Meirelles (2015), na administração pública, o controle é a faculdade de vigilância, correção e orientação que um Poder, Órgão ou Autoridade exerce sobre a conduta de outro. No Brasil, a Lei 4.320 de 1964 foi responsável por inserir os termos Controle Interno e o Controle Externo, onde o controle interno é aquele que cada órgão exerce sobre seus próprios atos e agentes ou seja, é o processo em que uma organização governa suas atividades de forma eficaz e eficiente para cumprir sua missão (INTOSAI, 2004). Já o controle externo é aquele exercido por órgão ou entidade autônoma e independente com o objetivo de fiscalizar a atividade financeira do Estado (Pascoal, 2019). Neste sentido, a fiscalização da gestão municipal pode ser observada sob dois aspectos distintos: o controle externo, representado pela Câmara municipal com

auxílio dos Tribunais de Contas estaduais e/ou municipais, e o sistema de controle interno de cada unidade administrativa”

vejo 3 problemas.

1.o Os autores não apontam as fronteiras que separam claramente o Controle Externo do Controle Interno. Por exemplo, o Controle Interno, como é dito no manuscrito, é do próprio órgão, um autocontrole. NO caso das prefeituras, Isso significa que é uma decisão política do prefeito, o seu dirigente. Este pode aumentar ou reduzir o papel do Controle Interno, como também dar maior importância ou menor importância no âmbito da gestão, como ocorreu na Controladoria Geral do Município de São Paulo na transição de gestão entre Haddad, Dória e Bruno Covas, além do controlador ser alguém da confiança do Chefe do Executivo que pode ser trocado a qualquer momento, ao contrario do Controle Externo;

2.o O Controle externo vai além do do Tribunal de contas e da Câmara Municipal e envolve também o Ministério Público, aliás, o MP por TACs vem direcionando boa parte das políticas de acesso a creche no âmbito municipal;

3.o Há o elemento do Controle Social, que O'Donnel chama de Controle Horizontal, não é objeto desse trabalho, mas pelo menos mencionar na revisão da literatura tornaria o texto mais consistente.

Por fim, os dois textos mencionados no fragmento que destaquei acima " (Intosai, 2014) e (Paschoal, 2019), não constam nas referencias bibliográficas, a não ser que tenha me escapado da leitura. Intosai deveria estar entre F e K, ali pula de Ferraz para Krugüer, Paschoal deveria constar entre Paiva e Pesaran e la também não figura.

Reviewer 3 report

Date review returned: May 30, 2023.

Comments to the authors:

Só necessita deixar a tabela 4 com 4 casas decimais. O resto está tudo ok!

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Ribeiro, L. M. S. (2023). Variações quantitativas em carreiras de Estado do Poder Executivo federal. *Revista de Administração Pública*, 57(5), e2023-0041. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/0034-761220230041>

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

 Clovis Bueno de Azevedo (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

 Maria Celina Soares D'Araujo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / RJ – Brazil)

 Rodolfo de Camargo Lima (Universidad Católica de Temuco, Temuco – Chile)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: March 01, 2023.

Comments to the authors:

Parabenizo o autor, autora ou atores (doravante) pela importante temática apresentada ao Fórum. Espero que meus comentários sirvam para um melhor desenvolvimento do artigo.

Minha primeira observação seria rever o título pois os autores não descompõem as carreiras em si, ou seja, a análise é mais entre a quantidade de servidores por carreiras e categorias, o que pode gerar certa confusão a partir do termo “composição da força de trabalho”. Em segundo, deixar claro que o artigo analisa algumas carreiras que foram inseridas em quatro grupos. Imagino que as carreiras selecionadas tenham relação com a

disponibilidade dos dados ou mesmo algum interesse específico dos autores. Qualquer que seja o caso, tanto no abstract como na introdução, se deve explicar o que motivou a seleção dessas carreiras e, posteriormente, reiterar que essas foram inseridas em quatro categorias afins. Recomendo aqui também diminuir o conteúdo normativo que apareceu pontualmente na apresentação dos agrupamentos, ou seja, o fato de algumas carreiras típicas serem objeto de seleção e agregação, para fins analíticos e comparativos, não fazem delas as “principais” carreiras exclusivas de Estado. Há outras carreiras típicas como os autores bem introduziram e definiram e hierarquizá-las em importância apenas levanta poeira e gera ruído as discussões.

Em terceiro e em relação ao formato da apresentação dos resultados, sugiro: renomear os títulos dos gráficos (talvez para “Número de servidores: Segurança”); padronizar o quantitativo (retirando a virgula dos decimais ou inserindo-a para todos); em vez do uso de “bola” para todos os time-points, modificar os símbolos junto das cores (bola, quadrado, triângulo, losango, por exemplo, algo que ajuda a visualização quando se tem overlap); e, por fim, colocar o gráfico 5 em 2D. Em específico: as quedas substantivas do gráfico 1 não estão evidentes, recomendo reformatá-lo para sua melhor visualização. E, como sugestão final, considerar criar um último gráfico 6, não em números absolutos, mas sim em percentuais (%), apenas mostrando os resultados que mais chamaram a atenção, no caso: as carreiras de Fiscalização e Segurança.

E em relação ao conteúdo de ambos os principais resultados (Fiscalização e Segurança). Primeiro, gostaria de entender um pouco mais porque as carreiras de fiscalização sugerem possuir uma tendência de queda no intervalo analisado - parece inercial e que independe do governo de turno. Segundo e principalmente, recomendo fortemente que os autores reforcem o principal achado do paper: o crescimento da área de Segurança e, em especial, a carreira da PRF no governo Bolsonaro. Esse é o principal achado do artigo e deve ser mais desenvolvido. Considerando o intenso alinhamento e sintonia entre o Presidente e a PRF, o forte incremento dos concursos de policiais rodoviários federais, em mais de um terço, parece ir além da reposição ativos-aposentados. É um resultado que mostra uma clara marca de governo em uma das carreiras exclusivas de Estado. E essa marca ou selo deliberado do governo Bolsonaro, igualmente teve repercussões na corrida eleitoral (tanto no apoio aberto do diretor da PRF ao então Presidente como nas diversas operações da

PRF no segundo turno das eleições). Essa decisão administrativa, portanto, teve consequências (e imediatos dividendos) políticos. Não solicito aos autores problematizar esses fatos, mas sim reforçar ou avançar sobre esse importante achado como um elemento distintivo de governo.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Date review returned: March 26, 2023.

Comments to the authors:

O artigo proposto (tal como informado ao leitor) reproduz (apresenta) algumas informações interessantes relativamente aos ingressos em Carreiras de Estado. Mas é apenas descritivo. Não faz referência a nenhum outro texto que trate da questão.

Não faz qualquer análise (ou interpretação) das (possíveis) razões pelas quais determinadas carreiras tiveram maior número de nomeações, ao passo que outras tiveram poucas ou nenhuma. Seria importante um esforço para relacionar as nomeações que houve (ou deixaram de haver) com a concepção, as diretrizes e as prioridades da gestão de pessoas (e, mais amplamente, de governo) de cada uma das gestões ao longo do período selecionado. Seria importante também considerar as circunstâncias políticas e (macro)econômicas enfrentadas por essas gestões.

Por fim, embora analisar Carreiras de Estado (e no texto não se analisaram todas) seja relevante, para bem compreender as políticas e prioridades relativamente ao quadro de pessoal em cada gestão, seria necessário também verificar como se fez quanto aos ingressos nas demais carreiras ("não de Estado").

Reviewer 1 report

Date review returned: May 11, 2023.

Comments to the authors:

Informo que os principais ajustes foram efetuados e o artigo está pronto para publicação de maneira geral. Especificamente em relação às vírgulas nos gráficos, todos estão em US-Style (mil = 1,000), exceto o gráfico 4 (mil = 1000), e precisam ser padronizados. O Gráfico 6 também apresenta 0 e 1 no eixo vertical em vez dos percentis, o que pode gerar confusão ao leitor, e, portanto, também precisa ser ajustado. Espero tê-los ajudado!